

**CONTRATO Nº: 004/2020**

Processo nº. 03.19.650

Contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de créditos/auxílio alimentação/refeição através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança aos empregados da PBH Ativos S/A, que possibilitem a aquisição de alimentos "in natura" e refeições prontas, respectivamente, através de redes de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme Anexos deste contrato, que celebram a **PBH ATIVOS S/A** e a empresa **SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S/A**.

A **PBH ATIVOS S/A**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245 – 12º Andar – Savassi – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.112-024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pela sua Diretora Executiva, Soraya de Fátima Mourthé Marques Lage, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 441.021.276-15, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº.69.034.668/0001-56, estabelecida à Alameda Araguaia, 1142, Bloco 3, Alphaville, Baueri/SP, CEP: 06455-000, representada por sua procuradora, Giovana Vieira Alves, RG: 27.057.528-5 SSP-SP, portadora do CPF n.: 257.716.538-29, por força do instrumento público de mandato outorgado em 07/10/2019, traslado da fl. 255/258, livro 1046, 1º Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos, Comarca de Barueri, Barueri/SP, com prazo de validade de 12 (doze) meses, contados da data da outorga do aludido instrumento; neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente do Pregão eletrônico 012/2019, processo administrativo nº 03.19.650, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS DEFINIÇÕES**

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente Contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA**: a **LICITANTE** vencedora do **PREGÃO**, na condição de signatária do presente **CONTRATO**;
- II. **CONTRATANTE**: **PBH ATIVOS**, na condição de signatária do **CONTRATO**;
- III. **CONTRATO**: presente contrato de prestação dos **SERVIÇOS**, celebrado entre a **PBH ATIVOS** e o **LICITANTE** vencedor do **PREGÃO**, incluindo todos os seus anexos;
- IV. **EDITAL**: edital de licitação referente ao **PREGÃO**, incluindo todos os seus anexos;
- V. **LICITAÇÃO**: designa a licitação referente ao Pregão nº 012/2019;
- VI. **LICITANTE**: pessoa jurídica que participe do **PREGÃO**, conforme condições estabelecidas neste **CONTRATO** e na legislação aplicável;
- VII. **PREGÃO**: licitação realizada na modalidade pregão eletrônico, referente a este processo que resultou no presente **CONTRATO**;



VIII. PREGOEIRO: empregado da PBH ATIVOS, designado por meio da Portaria nº 015/2019, para a condução do PREGÃO, na forma do EDITAL e da legislação aplicável;

IX. SERVIÇOS: denomina os serviços que compõem o objeto do PREGÃO, conforme especificações do EDITAL, em especial do Anexo I, bem como da Proposta apresentada pelo LICITANTE vencedor.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS**

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de créditos/auxílio alimentação/refeição através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança aos empregados da PBH Ativos S/A, que possibilitem a aquisição de alimentos “*in natura*” e refeições prontas, respectivamente, através de redes de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme Anexos deste contrato.

1.2. Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

I. Anexo I do edital – Prestação do serviço;

II- Proposta da Contratada;

III – Edital completo independente de sua transcrição;

2.2.1. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados no *caput* e as deste CONTRATO, prevalecerão as regras contidas no edital da licitação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS**

3.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, incluindo seus anexos e pelas seguintes normas, incluindo suas alterações: Decretos Municipais nº 12.436/06, nº 12.437/06 e nº 15.113/13, Lei Municipal nº 10.936/16, Leis Federais nº 10.520/02, 12.846/13 e nº 13.303/16, Lei Complementar Federal nº 123/06, Instrução Normativa PBH ATIVOS nº 005/18, que instituiu o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PBH ATIVOS, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

4.1. O prazo de vigência deste CONTRATO é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei 13.303/2016 e do RILC.

4.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.

4.3. Ocorrendo prorrogação, serão mantidas as condições do CONTRATO inicial e observada a legislação em vigor.

## **CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

1.1. O prazo para execução dos serviços pela CONTRATADA será contado a partir da assinatura do CONTRATO, e, o seu recebimento pela CONTRATANTE, será procedido da seguinte forma:

I. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação se encontrar da conformidade com o especificado no edital e anexos,



**II. Definitivamente**, no caso de a execução do serviço estar de acordo com o especificado no edital e anexos.

**III.** Uma vez verificado a conformidade do objeto contratual com as exigências do CONTRATO será realizado o recebimento definitivo pelo fiscal do CONTRATO, com a lavratura do termo de recebimento definitivo, se couber, após o qual a CONTRATADA será comunicada para a emissão da respectiva Nota Fiscal de Serviço.

5.2. Caso seja constatada a desconformidade do SERVIÇO com as especificações do CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

5.3. Em caso de irregularidade, o empregado da CONTRATANTE responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Gerência Administrativa da PBH Ativos S/A para as providências cabíveis na forma da legislação.

5.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos SERVIÇOS.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global estimado de R\$217.813,80 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e treze reais e oitenta centavos), para o período de vigência deste contrato.

6.2. Estão consideradas no preço previsto no *caput* todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal a cada mês, conforme o valor apurado nas Solicitações de recarga feita Gerência Administrativa I, que levará em consideração os empregados em férias oficiais, licenças, conforme legislação vigente, bem como, entrega-la até 1 (um) dia após sua emissão.

7.2. Os documentos fiscais deverão ser atestados mensalmente pelo fiscal do contrato previamente designado pelo Contratante em publicação no DOM (Diário Oficial do Município).

7.3. O pagamento será efetuado pela Gerência Financeira da PBH Ativos S/A no prazo de até 30 (trinta) dias contados da emissão da Nota Fiscal entregue, conforme subitem 18.2.

7.4. A Contratada deverá emitir a nota fiscal/fatura conforme legislação vigente.

7.5. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO RECURSO FINANCEIRO

8.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.



## CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. O valor do presente contrato poderá ser reajustado com base na atualização do valor unitário do benefício Vale Refeição ou Alimentação, concedido aos empregados.

9.2. O percentual da taxa de administração não poderá ser reajustado.

## CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas no Edital, no Projeto Básico, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I.
- II. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no item 12 do Edital, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação.
- IV. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas.
- V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados.
- VI. manter uma Central de Atendimento e esta deverá ficar disponível nos horários de funcionamento da CONTRATANTE;
- VII. alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente.
- VIII. pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do CONTRATO, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.
- IX. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- X. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos.

10.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, surgidos no decorrer do CONTRATO, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.3. A CONTRATADA deverá atender, durante a vigência contratual, de forma imediata, toda e qualquer solicitação da CONTRATANTE decorrente de reformulação, correção ou adequação do serviço que se fizerem necessárias.

10.4. A CONTRATANTE poderá solicitar reunião a qualquer momento, na forma presencial, na sede da CONTRATANTE, visando a apresentação de relatórios e definir ações corretivas e ajustes que se fizerem necessários ao bom cumprimento do CONTRATO.

10.5. A CONTRATADA deverá indicar, formalmente, um de seus funcionários para atuar como Gestor



do CONTRATO junto a CONTRATANTE. Este gestor será o responsável por toda relação contratual com a CONTRATANTE, apresentar relatórios e participar de reuniões com a CONTRATANTE, que atenda as condições previstas no subitem 10.8 deste contrato.

10.6. É obrigação da CONTRATADA arcar com os custos relativos ao transporte e a alimentação dos profissionais alocados na execução do objeto desta licitação.

10.7. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da CONTRATANTE da qual venha a ter acesso durante a execução do serviço.

10.8. A CONTRATADA deverá alocar PREPOSTOS com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos SERVIÇOS, devendo:

- I. Antes do início da execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar o PREPOSTO que será o Representante da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:
  - a) Garantir a regularidade do vínculo existente entre si e seus PREPOSTOS durante toda a vigência do CONTRATO;
  - b) Realizar a interlocução com a CONTRATANTE, incluindo o fornecimento das informações necessária à regular prestação dos serviços, e aquelas solicitadas pela CONTRATANTE;
  - c) Participar das reuniões;
  - d) Dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção;
- II. Comprovar a capacitação e a regularidade dos PREPOSTOS alocados, bem como apresentar à CONTRATANTE, sempre que requerido, os documentos e informações necessários à referida comprovação;
- III. Garantir a observância das disposições do CONTRATO e da legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à PBH ATIVOS ou a terceiros
- IV. Notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos SERVIÇOS, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO;
- V. Substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;
- VI. Garantir que os PREPOSTOS, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do CONTRATO;
- VII. Arcar com todos os custos relacionados aos PREPOSTOS, em especial, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, seguros, EPI/EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Designar o um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO.
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.
- III. Permitir e acompanhar o acesso dos funcionários da CONTRATADA às suas dependências.



para execução dos serviços referentes ao objeto, sempre que necessário.

- IV. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos empregados.
- V. Receber os serviços entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade, conforme inspeções a serem realizadas, devendo assinar ao final da avaliação de cada Fase, o Termo de Aceite definitivo.
- VI. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos serviços.
- VII. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços.
- VIII. Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.
- IX. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO DO CONTRATO, DE SUAS OBRIGAÇÕES E DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

12.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.

12.3. A CONTRATADA não poderá:

- I. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;
- II. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA CONTRATUAL**

13.1. O presente CONTRATO será garantido por meio de seguro garantia, no valor de R\$10.890,69 (dez mil, oitocentos e noventa reais e sessenta e nove centavos), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, em até 10 (dez) dias da assinatura deste CONTRATO.

13.1.1. Caso seja feita opção pela modalidade caução em dinheiro, a mesma deverá ser recolhida obrigatoriamente no Banco do Brasil S/A (Banco 001) através da Conta 9190-1 agencia 1615-2.

13.2. A caução em dinheiro só será devolvida após o cumprimento total das obrigações contratuais.

13.3. A cobertura do seguro-garantia vigorará até a extinção das obrigações do tomador, devendo este efetuar o pagamento do respectivo prêmio, por todo o período da garantia, independentemente do prazo de vigência indicado na apólice.

13.4. A garantia na forma de Fiança Bancária terá sua vigência até o cumprimento total das obrigações contratuais.



13.5. A PBH Ativos poderá utilizar, total ou parcialmente, da garantia exigida para se ressarcir de multas estabelecidas neste CONTRATO.

13.6. O valor da garantia poderá ser utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, inclusive indenização a terceiros, obrigando-se a CONTRATADA a fazer a respectiva reposição no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, contado da data em que for notificada.

13.6.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a execução de todas as obrigações contratuais e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas.

13.7. As modalidades de seguro garantia e de fiança bancária não podem trazer cláusulas restritivas do uso da garantia e nem de limitações de prazo para comunicado de sinistro, se for o caso.

13.8. Havendo necessidade de alteração da garantia, a CONTRATADA deverá efetuar a pertinente adequação, no prazo estabelecido pela CONTRATANTE, sob pena de aplicação das sanções administrativas pertinentes.

13.9. O prazo de validade da garantia prestada será contado a partir da data de início da vigência do CONTRATO, e deverá estender-se por mais 60 (sessenta) dias após o fim do prazo de execução do objeto.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SIGILO**

14.1. Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes da CONTRATADA, e respondendo, em caso de descumprimento, na forma da Lei Federal nº 12.527/2011 e demais legislações aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DA CONDUTA E INTEGRIDADE**

15.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº009/2018 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS -<http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;



- VI - rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

16.1. Nos procedimentos licitatórios realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-009/2018-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-011/2018-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

16.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a licitação e execução do CONTRATO. Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;
- V - “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

16.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. A prática de atos ilícitos e o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do EDITAL ou do CONTRATO, pelos LICITANTES e pelo futuro CONTRATADO implicarão nas seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;



- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.

**18.2. Da advertência:**

18.2.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao LICITANTE/CONTRATADO, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual será o LICITANTE/CONTRATADO advertido sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

**18.3. Da multa:**

18.3.1. O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos neste CONTRATO, ou ainda, der causa à inexecução total ou parcial do CONTRATO, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I – multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega da execução dos serviços, objeto da contratação, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;
- II – multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do infrator em assinar o CONTRATO, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;
- III – multa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação, na hipótese de o infrator retardar o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:
  - a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
  - b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela PBH ATIVOS;
  - c) tumultuar a sessão pública da licitação;
  - d) descumprir requisitos de habilitação na modalidade PREGÃO, a despeito da declaração em sentido contrário;
  - e) propor recursos manifestamente protelatórios em sede de licitação;
  - f) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- IV – multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
  - a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO, nos termos da Lei 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos;
  - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
  - c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
  - d) não devolver eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
  - e) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do CONTRATO;
  - f) tolerar, no cumprimento do CONTRATO, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
  - g) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo CONTRATANTE;
  - h) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;



i) deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do CONTRATO nas datas avençadas;

j) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

V – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da LICITAÇÃO na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

VI – multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, quando o infrator der causa à rescisão do mesmo;

VII – indenização a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do CONTRATO e sua conduta implicar em gastos à CONTRATANTE superiores aos contratados.

18.3.2. Se a recusa em assinar o CONTRATO a que se refere o inciso II do subitem 18.3.1 for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a PBH ATIVOS poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

18.3.3 O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

18.3.4. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

18.3.5. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

18.3.6. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

#### **18.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PBH Ativos.**

18.4.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a PBH ATIVOS, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no EDITAL e no CONTRATO e das demais cominações legais.

#### **18.5. Dos procedimentos**

18.5.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação do LICITANTE/CONTRATADO, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.



- 18.5.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no Diário Oficial do Município.
- 18.5.3. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.
- 18.5.4. Os recursos têm efeito suspensivo, isto é, até que sejam decididos, o processo licitatório não terá seguimento, exceto quando manifestamente protelatório ou quando se puder decidir de plano.
- 18.5.5. Durante a fase de licitação, caberá ao PREGOEIRO:
- I. julgar as defesas prévias;
  - II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar à Diretoria Executiva para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.
- 18.5.6. Durante a fase de execução do CONTRATO, caberá à Diretoria Executiva:
- I. julgar as defesas prévias;
  - II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.
- 18.5.7. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a LICITANTE/CONTRATADA do dever de plena execução do objeto contratado.
- 18.5.7.1. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.
- 18.5.7.2. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:
- I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;
  - II. execução da garantia de execução do CONTRATO, caso o valor da fatura não seja suficiente;
  - III. adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**19.1. O CONTRATO poderá ser extinto:**

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;
- IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

19.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente, por justa causa, o presente CONTRATO, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos:

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;



II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:

- a) atrasos injustificados;
- b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da PBH ATIVOS;
- c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
- e) cometimento reiterado de faltas na execução do CONTRATO.
- f) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- g) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;
- h) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
- i) razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo interno;
- j) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
- k) não integralização da garantia de execução contratual no prazo estipulado, ou falta de complementação do valor no caso de execução do valor ou de insuficiência, independente do motivo;
- l) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- m) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- n) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2.1. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

19.2.2. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará as seguintes consequências:

I. execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela CONTRATANTE;

II. retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016.

20.2 A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016.



20.3. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

20.4 A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO**

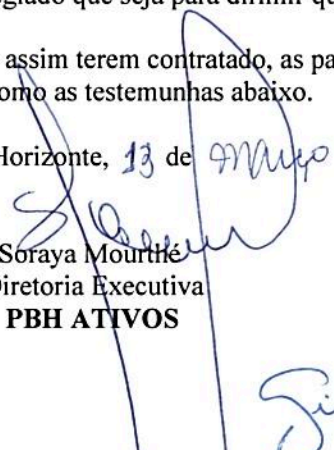
21.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no "Diário Oficial Municipal" correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO**

22.2. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.


Belo Horizonte, 13 de Maio de 2020

  
Soraya Mourthé  
Diretoria Executiva  
PBH ATIVOS

  
Pedro Meneguetti  
Diretoria da Presidência  
PBH ATIVOS

  
Giovana Vieira Alves  
Procuradora  
SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S/A  
Giovana Vieira Alves  
Gerente Nacional de Mercado Público  
OAB/SP 234409

**Testemunhas:**

Nome:   
CPF: Yasmin Bernardi Nassar  
Consultora Adm de Mercado Público  
OAB/SP 408463

Nome: Elisa Lucia Valentim  
CPF: 05965596669

**ANEXO I – DESCRIÇÃO DO SERVIÇO/PROJETO BÁSICO**

1. A CONTRATADA deverá prestar os serviços com as seguintes características e especificações:

1.1. O auxílio/crédito alimentação será fornecido através de cartões eletrônicos/magnéticos, com chip de segurança com senha numérica pessoal e intransferível para validação das transações eletrônicas, através de digitação em equipamento POS/PDV ou similar, pelo usuário/empregado, no ato da aquisição dos alimentos “in natura” nos estabelecimentos credenciados, de acordo com as instruções do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

1.1.1. O auxílio/crédito refeição será fornecido através de cartões eletrônicos/magnéticos com senha numérica, pessoal e intransferível, respeitadas as instruções do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador.

1.2. Os cartões eletrônicos/magnéticos alimentação e refeição deverão ser entregues personalizados, com nome do empregado do órgão, razão social da PBH Ativos S/A e numeração de identificação sequencial, conforme disposto no artigo 17, da Portaria 03, de 01 março de 2002, do Ministério do Trabalho e Emprego.

1.3. Os cartões eletrônicos/magnéticos deverão ser entregues em envelope lacrado, com manual básico de utilização e bloqueados. O desbloqueio dos cartões deverá ser feito através de Central de Atendimento Eletrônico, pelo usuário.

1.4. A vencedora deverá disponibilizar uma Central de Atendimento Telefônico para atendimento aos usuários do benefício concedido, com horário de funcionamento, no mínimo das 09:00 h as 18:00 h nas capitais e regiões metropolitanas e serviço 0800 ou similar, para as demais localidades.

1.5. A CONTRATADA deverá apresentar **no prazo máximo de 10 dias corridos**, contados da assinatura do contrato, a relação dos estabelecimentos credenciados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, relativa ao cartão alimentação e cartão refeição, acompanhada de DECLARAÇÃO de que as informações constantes nas listagens são verdadeiras.

1.5.1. As listagens comprovando o devido credenciamento devem ser apresentadas com razão social, nome fantasia, CNPJ, endereços e telefones dos estabelecimentos credenciados, contendo o seguinte:

a) 04 (quatro) hipermercados;

b) Mínimo de 03 (três) supermercados que possuam, no mínimo, 03 (três) filiais;

c) Mínimo de 08 (oito) açougues/frigoríficos que possuam, no mínimo, 03 (três) filiais;

d) Mínimo de 03 (três) casas de lanche que possuam, no mínimo, 03 (três) filiais;

e) Mínimo de 06 (seis) casas de alimentação, assim consideradas restaurantes/bares/lanchonetes e afins, que possuam estabelecimento comercial em funcionamento próximo à sede da PBH Ativos S/A num raio de 2,5 km;

f) Mínimo de 400 (quatrocentos) estabelecimentos credenciados em relação ao cartão refeição;

g) Mínimo de 10 (dez) hortifrutis.

1.6. O reembolso às empresas credenciadas será efetuado pontualmente, sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, independentemente da vigência do contrato, ficando claro que a PBH ATIVOS S/A não responderá solidária e nem subsidiariamente por esse reembolso.

1.7. Poderão ser exigidas cópias dos convênios/contratos celebrados com os referidos estabelecimentos a critério da PBH Ativos S/A



- 1.8. A Contratada deverá manter nas empresas credenciadas, filiadas à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.
- 1.9. Os cartões deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da solicitação feita pela PBH Ativos S/A, no local por ela designado.
- 1.10. O prazo para disponibilização dos créditos nos cartões eletrônicos/magnéticos será de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação da PBH Ativos S/A.
- 1.11. A segunda via do cartão será entregue nas mesmas condições estabelecidas no subitem 1.9 e sem ônus para a PBH Ativos S/A.
- 1.11.1. Quando for solicitado algum bloqueio de cartão alimentação / refeição diretamente pelo usuário, via Central de Atendimento, a segunda via deverá ser emitida imediatamente, sem que haja intervenção da PBH Ativos S/A, devendo a Contratante ser comunicada para a cobrança do valor respectivo do empregado.
- 1.12. No caso de perda ou extravio do cartão refeição/alimentação, a CONTRATADA deverá repassar o crédito existente no cartão atual para o novo cartão confeccionado.
- 1.13. **A CONTRATADA, caso solicitada, deverá disponibilizar mensalmente relatórios gerenciais com as seguintes informações mínimas:**
- a) Nome do empregado/usuário da PBH Ativos S/A, número do cartão, data e valor do crédito concedido;
  - b) Local, data e valor da utilização dos créditos pelos empregados da PBH Ativos S/A na rede de estabelecimentos credenciados;
  - c) Quantidade de cartões reemitidos por empregados da PBH Ativos S/A.
- 1.14. Serão exigidas providências imediatas quanto à correção das deficiências apontadas pela PBH Ativos S/A em relação à execução dos serviços contratados.
- 1.15. **Detalhamento da quantidade de cartões eletrônicos / magnéticos e estimativa do custo mensal:**
- 1.15.1. A estimativa é de 35 (trinta e cinco) cartões refeições/alimentação, a ser definido pelo empregado da PBH Ativos S/A, após a escolha da vencedora.
- 1.15.2. Os créditos deverão ser lançados nos cartões eletrônicos/magnéticos, mensalmente, no 1º dia útil de cada mês, conforme valor discriminado para cada empregado, em conformidade com informação da PBH Ativos, correspondendo aos dias úteis trabalhados.
- 1.15.3. Os empregados têm a opção de receber um cartão alimentação ou cartão refeição.
- 1.15.4. Os empregados deverão optar por receber todos os créditos no cartão refeição ou alimentação.
- 1.15.5. A quantidade de cartões a serem providenciados/ativados será gradativa, iniciando-se com uma estimativa de implantação de 26 cartões.
- 1.16. **A Contratada deverá disponibilizar os seguintes serviços para os usuários dos cartões:**
- 1.16.1. Consulta de saldo de cartão;
  - 1.16.2. Consulta de rede afiliada via internet;
  - 1.16.3. Solicitação de segunda via de cartão através de central telefônica.



ANEXO II – PROPOSTA DA CONTRATADA

**sodexo**  
SERVIÇOS PARA QUALIDADE DE VIDA

À PBH ATIVOS S/A  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2019

PROPOSTA COMERCIAL

A presente proposta é baseada nas especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico nº 012/2019, os quais comprometemos a cumprir integralmente.

Razão Social: Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A	
CNPJ: 69.034.668/0001-56	Isenta De Inscrição Estadual
Endereço Comercial: Alameda Araguaia, 1142, Bloco 3, Alphaville, Barueri/SP- Cep: 06455-000	
Telefone/Fax: (31) 98452-1647 E-mail: ygor.teixeira@sodexo.com	
Banco: Citibank	Agência: 0001      Conta Corrente: 034624112

**Objeto:** O presente processo licitatório tem por objeto a seleção e a contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento, implementação e administração de créditos/auxílio alimentação/refeição através de cartões eletrônicos/magnéticos com tecnologia de chip de segurança aos empregados da PBH Ativos S/A, que possibilitem a aquisição de alimentos "in natura" e refeições prontas, respectivamente, através de redes de estabelecimentos credenciados, na forma definida na legislação do Ministério do Trabalho e Emprego que regulamenta o PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, conforme Anexos deste edital.

**Validade do orçamento:** 90 (noventa) dias.

QUANTIDADES ESTIMADAS			
ITEM	TOTAL DO CRÉDITO MENSAL ESTIMADO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	VALOR TOTAL MENSAL
1	R\$ 18.156,60	-0,03% (zero vírgula zero três percentuais negativos)	R\$ 18.151,15 (dezoito mil, cento e cinquenta e um reais e quinze centavos)
TOTAL ESTIMADO PARA 12 MESES			R\$ 217.813,80 (duzentos e dezessete mil, oitocentos e treze reais e oitenta centavos)

**Validade da proposta:** 90 dias, contados da apresentação formal à PBH Ativos S/A.

Sodexo Benefícios e Incentivos  
Alameda Araguaia, 1.142 - Bloco 3 - Alphaville  
06455-000 - Barueri - SP  
www.sodexo.com.br



271  
2

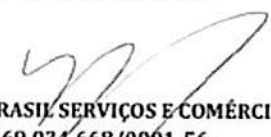
sodexo\*

SERVIÇOS PARA QUALIDADE DE VIDA

Declaramos que nossa empresa dispõe de uma Central de Atendimento Telefônico para atendimento aos usuários do benefício concedido pela PBH Ativos S/A, com horário de funcionamento, no mínimo das 09:00 h as 18:00 h nas capitais e regiões metropolitanas e serviço 0800 ou similar, para as demais localidades.

No valor da taxa proposta, estão incluídos e considerados todos os custos, despesas e condições dos serviços, tais como custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais e trabalhistas, taxas, seguros, prazos de entrega, frete, manutenção, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a prestação dos serviços objeto da presente licitação, incluídas as recargas mensais e emissão de cartões, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada. Ciente das informações do Edital e anexos.

Barueri/SP, 10 de fevereiro de 2020.

  
SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.  
CNPJ nº 69.034.668/0001-56  
YASMIN BERNARDI NASSAR  
Consultora Administrativa de Mercado Público  
OAB/SP 408.463

69.034.668/0001-56

SODEXO PASS DO BRASIL  
SERVIÇOS E COMÉRCIO S/A

Al. Araguaia nº1142 - Bloco 3  
Alphaville - CEP 06455-000  
Barueri - SP

Sodexo Benefícios e Incentivos  
Alameda Araguaia, 1.142 - Bloco 3 - Alphaville  
06455-000 - Barueri - SP  
www.sodexo.com.br

